

EDITORIAL

Vol. 8, Núm. 21, set./dez., 2021.

Com a publicação de seu **Número 21**, intitulado “**Desafios contemporâneos das culturas jurídicas: múltiplas perspectivas**”, a Revista Culturas Jurídicas (RCJ), periódico editado pelo Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF), encerra seu **Volume 8**. Esta publicação foi possível graças às valiosas contribuições de autores(as) e pesquisadores(as) brasileiros(as) e estrangeiros(as), que colaboram para a RCJ manter seu padrão de excelência e internacionalização, classificado pela CAPES no estrato **Qualis A2**.

Mantendo seu perfil multidisciplinar e crítico, a RCJ traz neste número textos que tratam sobre as seguintes temáticas no contexto da pandemia da COVID-19: étnico-racial, gênero, pensamento decolonial, constitucionalismo latino-americano e direito à saúde. As discussões estão relacionadas ao Direito Constitucional e à conjuntura da América Latina, mantendo o enfoque da RCJ.

Nosso primeiro artigo é de autoria da Professora Doutora **Gizlene Neder** – doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e professora titular do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF) – e do Professor Doutor **Gisálio Cerqueira Filho** – doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e professor titular de teoria política na Universidade Federal Fluminense (UFF). O artigo intitula-se “**Secularização e ideias jurídicas: entre política e religião**”, e, por meio de análise de conteúdo, aborda as disputas subjacentes às reformas das leis civis brasileiras no contexto da secularização das instituições políticas, na virada para o século XX.

A segunda contribuição foi feita a quatro mãos. A Professora Doutora **Amélia Sampaio Rossi** – doutora em direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e professora titular da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) – e a Professora Doutora **Katya Kozicki** – doutora em direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e professora titular da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) – elaboraram o texto “**A colonialidade do direito: constitucionalismo e direitos humanos como categorias modernas em desconstrução**”. As autoras, por meio do método histórico-dialético e pesquisa bibliográfica, analisam, de forma crítica, como os direitos humanos surgiram na modernidade levando-se em conta um indivíduo ideal e abstrato.

O terceiro trabalho é da lavra do Professor **Guilherme Maciulevicius Mungo Brasil** – mestre em direitos humanos pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) e professor do Centro Universitário Anhanguera – e do Professor Doutor **Antonio Hilario Aguilera Urquiza** – doutor em antropologia pela *Universidad de Salamanca* (Espanha) e professor da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). No texto **“Constitucionalismo latino-americano e a armadilha constitucional: por uma descolonização do direito”**, os autores buscam responder à seguinte questão: “como pode o pensamento jurídico descolonial escapar da armadilha constitucional?”. Assim, por meio do método dialético, apresentam as alternativas de descolonização para além do direito positivado.

O quarto artigo foi redigido pelo Professor Mestre **João Gabriel Soares** – mestre em direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e professor da Faculdade Estácio de Castanhal – e pelo Professor Doutor **Elísio Bastos** – doutor em direito pela Universidade de São Paulo (USP) e professor no Centro Universitário do Pará (CESUPA). Intitulado **“Novo constitucionalismo latino-americano e histórico de centralização política na América Latina: a necessidade de superação da sala de máquinas para alcançar efetivas plurinacionalidades”**, o trabalho adotou uma metodologia teórico-descritiva, de viés qualitativo, e discute criticamente o Novo Constitucionalismo Latino-Americano desde a perspectiva da “sala de máquinas”.

Nossa quinta contribuição é fruto de um trabalho conjunto da Professora **Daniela Arguilar Camargo** – doutoranda e mestra em direitos sociais e políticas públicas pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) – e do Professor Doutor **Ricardo Hermany** – doutor em direito pela Universidade Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e professor da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Em **“Federalismo brasileiro e cooperação interfederativa: uma análise da Lei Aldir Blanc”**, a autora e o autor buscam responder o seguinte: “a publicação da Lei Aldir Blanc efetiva uma cooperação interfederativa com o compartilhamento de recursos para o desenvolvimento de ações no setor cultural, principalmente local?”. Para tanto, valem-se de uma metodologia dedutiva e hermenêutica.

O sexto artigo foi escrito pela Professora **Marina Morais de Carvalho** – mestra em direito pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – e pelo Professor Doutor **Jailton Macena Araújo** – doutor em ciência jurídicas pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e professor na mesma instituição. O trabalho intitula-se **“A ‘nova’ responsabilidade social da empresa no contexto da pandemia da COVID-19:**

desafios às cadeias globais de valor e os mecanismos de proteção dos direitos humanos”, e tem a seguinte questão como norte: “teria a empresa o dever, como agente global responsável pelo cumprimento de Direitos Humanos, de dar efetivação aos Direitos Fundamentais à sociedade na atual conjectura do mundo globalizado?”. Assim, é feita uma análise da responsabilidade social da empresa na contemporaneidade, sobretudo no contexto pandêmico.

O sétimo trabalho foi regido conjuntamente por **Luisa Ceresa** – Doutora em Medicina Veterinária e Pesquisadora em Saúde Pública Veterinária pela *Università di Torino* (Itália) –, pela Pesquisadora **Valentina de Gregorio** – doutoranda em direitos humanos e políticas globais na *Sant’Anna Scuola Universitaria Superiore Pisa* (Itália) –, pela Professora Doutora **Giulia Parola** – doutora em direito pela *Université Paris V René Descartes* (França) e *Università degli Studi di Torino*, e professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) –, pela Pesquisadora **Arianna Porrone** – doutoranda em *Global Studies. Justice, Rights, Politics* na *Università di Macerata* (Itália) – e pela Professora Doutora **Margherita Paola Poto** – doutora em direito público pela *Università di Pavia* (Itália) e professora da *Università di Torino* (Itália). Intitulado **“COVID-19 and the Earth: A Multi-Disciplinary Study Review of Dis- and Re-Connection in the Context of the Planetary Health”**, o trabalho apresenta cinco perspectivas – da ciência veterinária, socioeconômica, ética ambiental ocidental, visões indígenas e filosofia política – sobre a pandemia do Coronavírus, com foco nos pontos de ruptura e conexão entre humanos e não-humanos. Por meio de uma abordagem holística à saúde, oferece maior discernimento para se encontrar soluções para a saúde planetária.

A oitava e última contribuição deste número é o texto **“Ensino jurídico participativo durante a pandemia de Covid-19: como transpor metodologias ativas para ambiente virtual – relato de experiências”** é artigo da lavra do Prof. Dr. **João Carlos Relvão Caetano** (Professor Associado na Universidade Aberta, Centro de Estudos Globais, Portugal), da Profa. Dra. **Fayga Bedê** (Professora Permanente do PPGD da UNICHRISTUS-CE), da **Leinad Rocha de Almeida** (monitora em Direito na UNICHRISTUS-CE) e do **Mateus Rocha Santos** (graduando em Letras na UECE/CE). Por meio de pesquisa de campo qualitativa triangulada, os autores descrevem e analisam estratégias aplicadas, a fim de adaptar metodologias ativas ao ambiente virtual, em aulas ocorridas no contexto da pandemia de Covid-19. Como objetivo, pretendem disseminar o seu *know-how*, a fim de compartilhar as experiências mais significativas com o público interessado.

Publicamos este **número 21** convictos que essas contribuições mantêm e elevam o padrão de excelência da RCJ e que serão de grande valor para as discussões acadêmicas na área do Direito. Dessa maneira, mais uma vez reverenciamos e agradecemos às autoras e aos autores que nos brindaram com seus trabalhos. Aproveitamos o ensejo para recordar a todos/as os/as interessados/as em publicar conosco que a RCJ está sempre de portas abertas para receber trabalhos de qualidade que busquem fortalecer as culturas jurídicas, bem como discutir criticamente temas impactantes para a sociedade em geral.

Prof. Dr. Enzo Bello

(Editor-Chefe da RCJ)

Mestranda Aline Gomes Mendes

(Editora-Assistente da RCJ)

Mestranda Ana Luiza de Moraes Gonçalves Correia

(Editora-Assistente da RCJ)

Mestranda Caroline Matias Gabriel

(Editora-Assistente da RCJ)

Mestra Cecília Bojarski Pires

(Editora-Assistente da RCJ)

Mestranda Isabelle de Azeredo Silva

(Editora-Assistente da RCJ)

Mestra Kelda Sofia C. S. C. Rocha

(Editora-Assistente da RCJ)

Mestranda Pamela Mota Conte Campello

(Editora-Assistente da RCJ)

Mestre Renato Barcellos de Souza

(Editor-Assistente da RCJ)

Mestra Samara Rebeca de O. Costa

(Editora-Assistente da RCJ)

Mestre Vitor Fraga da Cunha

(Editor-Assistente da RCJ)